

GOVERNO? POR ORA, "NÓS É QUE RESISTIMOS", DIZEM OS EXTRATIVISTAS

Daniela Alarcon e Natalia Guerrero
Jornalistas

Felipe Milanez



Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro, ambientalistas assassinados no Pará em 2011

Dos assassinatos no campo à revisão do Código Florestal, na Amazônia a política do fato consumado favorece grandes interesses econômicos à custa dos direitos dos pequenos e da integridade da floresta. Claudelice Silva dos Santos, irmã do ambientalista José Cláudio Ribeiro da Silva — assassinado em maio de 2011 em Nova Ipixuna (PA), juntamente com sua mulher Maria do Espírito Santo —, denuncia a continuidade da exploração ilegal: “Tem gente tirando madeira agora, mesmo depois que meu irmão e minha cunhada foram assassinados”

“Nos últimos dois anos de vida, vendo a cada dia o perigo na porta, minha irmã me dizia que não sabia até quando ia resistir”. Em maio de 2011, Maria do Espírito Santo da Silva, aquela que previa a própria morte, foi assassinada junto a seu companheiro, José Cláudio Ribeiro da Silva, em Nova Ipixuna, sudeste do Pará. Ao evocar o diálogo, Laísa Sampaio, irmã de Maria, lembra que a militância do casal de extrativistas sempre suscitou ameaças. No Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Praia Alta Piranhiera, criado em 1997, fruto da mobilização do casal e de outros companheiros, foram cultivadas roças, castanheiras, mognos, e Maria organizou um grupo produtivo de mulheres, para o aproveitamento de sementes oleaginosas. Criavam, assim, empecilhos para a atuação de grileiros, madeireiros e carvoeiros.

Três acusados pela morte dos extrativistas foram presos. Agentes da Polícia Federal localizaram no interior do PAE Praia Alta Piranhiera, após os assassinatos, áreas de extração ilegal de madeira, equipamentos empregados para esse fim e mais de uma centena de fornos, em atividade, para produ-

ção de carvão vegetal. Mas, apenas quatro meses depois da operação da PF, Claudelice Silva dos Santos, irmã de Zé Cláudio, denunciava à *Revista Adusp* a continuidade da exploração ilegal no assentamento. “Tem gente tirando madeira agora, tem caminhões de carvão que saem à noite de dentro do assentamento, mesmo depois que meu irmão e minha cunhada foram assassinados”.

Impossibilitados de retornar ao PAE, por falta de segurança, os familiares do casal vivem em Marabá, em condições precárias, e sob ameaças. Em agosto, dispararam contra a casa de Laísa, no assentamento, ferindo seu cachorro — um tipo de “recado” conhecido. “As pessoas avisam que nós estamos correndo risco. E nada é feito”, diz. Os moradores do assentamento pediram ao Incri a instalação de uma guarita, mas não foram atendidos: “É muito mais aquela ação midiática. Você vai procurar e [ouve] ‘não, eu não estou designado para isso, fale com fulano’. Você fica à mercê da sorte”.

Entre janeiro e novembro de 2011, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 17 camponeses foram mortos em conflitos fundiários na Amazônia Legal.

No mês de maio, ao mesmo tempo em que corria a notícia da morte do casal de extrativistas, os jornais informavam a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 1.876/99, que altera o Código Florestal brasileiro e, entre variados retrocessos, prevê a anistia aos desmatadores e a isenção da reserva legal para propriedades de até quatro módulos rurais. No Senado Federal, onde foi a voto em dezembro, o novo texto legal manteve as bizarras contrabandeadas pela bancada ruralista e pelos interesses do agronegócio, porém já com o beneplácito do governo.

O que alimenta o incremento no número de camponeses ameaçados por pistoleiros? Como entender a maior participação de extrativistas e de outros grupos das chamadas populações tradicionais nesses números? Qual tem sido o papel do governo nesse processo? Relatos e análises dão conta de que são incontáveis os ribeirinhos, quilombolas, castanheiros, varjeiros, entre outros tantos grupos camponeses, que se vêem cada vez mais vulneráveis na linha de frente da defesa de seus territórios tradicionalmente ocupados, diante de ameaças que vão desde o



Local onde foi feita a guarita para evitar a entrada de madeireiros

Foto: Daniela Alarcon

assédio de agentes econômicos locais até aquelas mediadas pela ação contraditória do Estado, na condução de grandes projetos de infraestrutura ou de programas governamentais (vide texto na p. 29).

Em geral, o discurso de governo é muito pronto em defender a importância dessas populações no que se refere à prestação de serviços ambientais e detenção de conhecimentos tradicionais. O Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, afirma que essas comunidades “desempenham uma função importante na defesa da floresta”, o que é “comprovado por imagens de satélites, que mostram uma conservação maior onde essas populações estão presentes”. Segundo o órgão, “além de defender a floresta, as populações tradicionais fazem uso dos recursos naturais e atribuem a eles valores importantes para as estra-

“Os madeireiros chegam ofertando dinheiro. Se fosse vender estaria ‘ferrado’. Porque eles pegam tudo, estão acabando com nossa madeira, aí depois como é que nós podemos fazer?” Quem indaga é Raimundo Belmiro, extrativista ameaçado de morte

tégias de conservação ambiental. Eles sabem manejar esses recursos para o uso familiar e medicinal”.

Entre aqueles que se veem aí reconhecidos, contudo, a sensação é de que o discurso e a prática separam-se por um abismo. “Por enquanto, nós é que estamos resistindo”. Quem fala é Raimundo Belmiro, morador da Reserva Extrativista (Resex) Riozinho do Anfrísio, situada na bacia do rio Xingu, no Pará. A reserva testemunhou ao longo de 2011 a intensi-

ficação das invasões para exploração ilegal de madeira, processo denunciado por ribeirinhos como Belmiro, em atitude que lhe rendeu ameaças de morte ao longo de 2011. “Os madeireiros chegam dizendo que aquilo vai ser uma boa coisa, ofertando dinheiro. Se fosse vender por aquilo, estaria ‘ferrado’. Porque eles pegam tudo, e no futuro a gente poderia ter um manejo, mas eles estão acabando com a nossa madeira, aí depois como é que nós podemos fazer?”

Fotos: Daniela Alarcon

**Claudelice Silva dos Santos**

O ribeirão culpa a omissão do Estado, tanto no que diz respeito a ações de fiscalização, como também à garantia de direitos básicos, cuja falta empurra seus companheiros, por vezes, para a colaboração com as atividades criminosas. “A falta dessas coisas com certeza facilita. Porque todo mundo tem família lá dentro. Se algumas pessoas forem se envolver com eles, é porque estão com necessidade, estão com dificuldade. Mas a culpa de quem é? A culpa é do governo federal, porque se eles tivessem colocado uma base lá dentro para limpar a área, todo mundo estava cuidando da sua seringa, tirando sua copaíba, fazendo seu trabalho”, analisa.

A partir de denúncias do esquema de retirada de madeira no projeto de assentamento (PA) Areia, no entorno da Resex Riozinho do Anfrísio, foram realizadas duas operações envolvendo órgãos federais na região. Dos dois denunciantes, um foi assassinado em outubro de 2011 e outro se esconde com a família enquanto reivindica pro-

**Ato de protesto contra a construção da Usina de Belo Monte (Altamira, 2011)**

teção do governo, como relatou a revista *Época* em janeiro deste ano.

Ainda que não tenha a cabeça a prêmio, como seu Raimundo Belmiro, Alenúcia Teles dos Santos conhece bem o que é sofrer entre conflitos e a negligência do governo. Nascida em Altamira (PA), dona Nega, como é conhecida, foi obrigada a deixar temporariamente seu lote no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Itatá, onde vivia sob o assédio de madeireiros. “Lá no assentamento, os madeireiros rasgam a estrada, eles compram os pobres dos ribeirinhos, por mixaria. Quando a pessoa não aceita tirar ou vender, tem que sair da terra ou então morre”, relata. Hoje dona Nega vive na cidade, ameaçada pela barragem de Belo Monte. “Minha casa vai ficar uma área de risco, e até hoje ninguém foi na minha porta dizer para onde eu vou, como é que vão fazer comigo. E aí eu não sei mais para quem apelar, porque nós não temos justiça para isso”.

Outro exemplo de como a defesa da floresta por parte de camponeses

amazônidas, por mais holofotes que atraia, ainda enfrenta obstáculos, situa-se a algumas horas de Altamira, em Anapu. Conhecido internacionalmente como palco do assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang, em 2005, o município voltou a sofrer este ano com conflitos envolvendo madeireiros, grileiros e assentados. Inicialmente constrangida pelas operações feitas na região em 2005, a pressão madeireira voltou a crescer, especialmente entre 2009 e 2010. No início deste ano, os assentados bloquearam a estrada de acesso ao assentamento para o trânsito de caminhões madeireiros, reivindicando do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) providências no sentido de coibir a extração ilegal. Em consequência, multiplicaram-se as ameaças a lideranças do movimento social da região, entre assentados e membros da CPT, e até aos próprios funcionários do Incra.

Juan Doblás, geofísico e especialista em análise ambiental, esteve na

ENCONTRO DE EXTRATIVISTAS Na Resex Terra Grande Pracuúba (Ilha do Marajó), em 5/8/2011. Na ocasião Laísa e Claudelice entregaram aos ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário um pedido de federalização do caso



área e observa que os conflitos em torno do PDS Esperança derivam de sua posição estratégica em relação aos valiosos estoques de madeira da Terra Indígena (TI) Trincheira-Bacajá. “O assentamento conhecido como PDS Esperança é passagem obrigatória para quem queira penetrar nesse território. Outros caminhos implicariam passagem por serras ou caudalosos rios, que inviabilizariam ou dificultariam a atividade madeireira”. Doblas afirma que imagens de alta resolução sugerem que ainda não existem sinais de exploração de madeira nessa região da TI. “Seria um interessante exercício imaginar o que teria acontecido se não fosse pela resistência dos assentados. Provavelmente, além das terras do assentamento, as terras indígenas estariam sofrendo um processo acelerado de depredação, à imagem de outras terras indígenas na região”.

Seria um interessante exercício imaginar o que teria ocorrido à TI Trincheira-Bacajá se não fosse pela resistência dos assentados, diz o geofísico J. Doblas.

“Provavelmente, além do assentamento, as terras indígenas estariam sofrendo um acelerado processo de depredação”

Para o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor titular aposentado da USP, a análise dos atuais conflitos no campo amazônico precisa ser contextualizada à luz da própria constituição do Estado na região, que teria se calcado, desde a colônia, em uma lógica de descumprimento sistemático da lei e de sobrevalorização do “desbravamento”. “Você tem no imaginário social das elites essa ideia de que o ato de abrir, chegar lá primeiro — claro, tomar dos índios, via de regra —, dá a esse cidadão direito sobre aquilo”. A discussão do

Código Florestal teria incorporado esse imaginário, traduzido no triunfo da política do fato consumado. “Por isso a votação do Código Florestal foi esmagadora: lá ficou claro que a regra vigente, do ponto de vista do imaginário social com relação às leis, é que eu descumpro e, na medida em que vou ser punido, eu mudo a lei para não receber a punição”.

O procurador-chefe da República no Pará, Ubiratan Cazzeta, caracteriza as alterações no Código Florestal como uma forma de agravar a vulnerabilidade das populações tradicio-

Daniela Alarcon



MULHERES QUE RESISTEM
Da esquerda para a direita: Laísa (irmã de Maria), Claudenir (irmã de José Cláudio), Clara (sobrinha do casal) e Claudelice (irmã de José Cláudio), em Pracuúba (Ilha do Marajó), 6/8/2011

“Os distintos programas e políticas do governo tratam os povos tradicionais como obsolescências históricas, passíveis de ser objeto de mudanças para uma ‘modernidade’ estabelecida de cima para baixo, em geral a partir de critérios das grandes empresas”, diz Horácio de Carvalho

nais ante os agentes econômicos interessados em suas terras e recursos. “Resumindo, quando você dá um sinal forte, você pode até não conseguir todo o espectro de proteção que tinha em mente, mas você transmite uma sinalização que paralisa uma parte desses agentes. Agora, quando você dá um sinal no sentido oposto, transmite a ideia de que ‘olha, podemos avançar porque as fronteiras são flácidas’. Quem sofre com isso é quem está na ponta”, critica Cazzeta.

O procurador chama atenção ainda para o papel desempenhado

pelos grandes projetos de infraestrutura: não apenas atingem diretamente muitas populações tradicionais, como se articulam de diversas formas com interesses econômicos locais por vezes predatórios, potencializando as ameaças. “Esses conjuntos de hidrelétricas todas do Tapajós, Teles Pires, Belo Monte, os projetos minerários, Juruti, Marabá... se isso tudo não vem acompanhado de uma política clara e eficaz de proteção ambiental, atrai a pressão pelo desmatamento, que atinge essas comunidades”.

Outro conjunto de ações do governo que tem sido alvo de críticas e investigações, por denúncias de desrespeito aos direitos das populações tradicionais, é o programa Terra Legal, instituído pela Medida Provisória 458 e regulamentado pela Lei 11.952, ambas de 2009, com a finalidade de possibilitar a regularização fundiária de terras públicas na Amazônia Legal. Em recomendação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ainda em 2009, o MPF já alertava para os riscos que a dispensa de vistoria nos imóveis de até quatro módulos poderia acarretar sobre as áreas de comunidades tradicionais, “considerando a falta de informações precisas e consolidadas quanto à identificação desses grupos, somada à morosidade dos processos administrativos de reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais e de titulação de suas terras, bem como dos processos ju-

diciais que tutelam sua ocupação, o que configura um horizonte de possíveis conflitos fundiários à medida que avançam os trabalhos de regularização das ocupações”.

Um engenheiro agrônomo do Incra que atua na Amazônia, e que prefere não se identificar, relata que o Terra Legal esvaziou setores inteiros do órgão fundiário, que já apresentava um cenário de quadros insuficientes para as demandas prévias. “Os setores esvaziados não só perderam servidores, como sofrem com a concorrência do ponto de vista da própria estrutura do órgão: veículos, diárias, recursos. O que não era bom ficou pior”. Além disso, conta, haveria diversos casos de cadastramento de populações tradicionais no Terra Legal, o que contraria tanto os princípios do programa como a recomendação do MPF. Quando há conflitos nessas áreas por conta do processo de candidatura à regularização fundiária, o Incra não toma as devidas providências. Procurado pela reportagem, o MDA não atendeu à solicitação de entrevista.

Na opinião do agrônomo Horácio Martins de Carvalho, membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), o programa Terra Legal é suspeito e comprometido com a apropriação privada da terra na Amazônia. “Tornar uma terra legal sabendo-se que sua origem é no mínimo duvidosa do ponto de vista da sua legalidade e legitimidade é supor que todo o passado deve ser esquecido ou superado, mesmo que à revelia da lei. Os mais distintos programas e políticas setoriais governamentais tratam os povos tradicionais como obsolescências históricas, portanto, passíveis de ser objeto de mudanças para uma

‘modernidade’ estabelecida por outros e pelo alto, de cima para baixo, sempre a partir de critérios dos estrangeiros, em geral as grandes empresas capitalistas ou seus prepostos”.

Dom Erwin Kräutler, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que trabalha há décadas com a questão indígena e camponesa na Amazônia, concorda e vai além. Para o bispo da prelazia do Xingu, a Amazônia como um todo nunca deixou de ser vista como mero reduto rico em recursos, sob a direção de outras regiões do país. “O grande mal e a grande desgraça para a Amazônia é que nunca foi estudado a fundo que tipo de desenvolvimento nós queremos para lá. A Amazônia continua até os dias de hoje tachada como província, nunca a deixam ter vida própria”.

No que se refere a mudanças nesse cenário, sobram reservas. Se para Carvalho a reforma agrária deveria estar no centro de qualquer política efetivamente promotora de mudanças sociais, o governo federal e os partidos da base aliada não atuam nessa perspectiva, muito ao contrário: “Qualquer iniciativa dita de reforma agrária não passará de política pontual de assentamentos rurais em terras adquiridas na fronteira agrícola, em particular na Amazônia, como recurso político para amenizar as pressões populares a favor da reforma agrária. A desapropriação de terras para a reforma agrária contraria os interesses político-ideológicos das classes dominantes no campo, portanto, está fora de cogitação pelo governo federal, que tem sido desde sempre, no Brasil, governo dos latifundiários, capitalizados ou não”.

O professor Oliveira, por sua vez, manifesta-se pessimista no que diz respeito à legislação ambiental: “Não acredito que a bancada do agronegócio no Congresso permita votar qualquer legislação que mexa com qualquer aspecto daquilo que eles fizeram tábuas rasas na lei, na prática dos seus negócios”. Contudo, o geógrafo chama a atenção para um aumento dos conflitos, justamente causado pela intensificação da resistência de posseiros, inclusive dentre as populações tradicionais. “Se olharmos os conflitos no campo de 2008 para cá, eles passaram a crescer. E qual é o setor que mais aparece nesses conflitos? São os posseiros. Então, também os posseiros já sabem que não há outro caminho para que eles conquistem as terras ou resistam para manter as áreas florestadas, para continuar suas atividades extrativas. Eles sabem, eles também aprenderam que têm que lutar, porque nunca receberam de graça do Estado — primeiro, a legislação, e, segundo, a execução da legislação. Isso mostra que o cenário futuro é o cenário do aumento da violência”.

Para Laísa Sampaio, que tenta se situar entre os familiares assassinados e o assédio atual, a trajetória de Zé Cláudio e Maria lhe forjou um único caminho: o da luta. “Eu tento me ver fora desse processo e não consigo. É uma luta tão bonita, é tão digna a forma como nós escolhemos viver. E, hoje, você se afastar, deixar tudo isso na mão de quem não conseguiu enxergar o valor do que aqueles dois faziam, e do que nós fazíamos? Por isso ainda encontramos força para quem sabe uma hora voltar e viver ali livremente, mesmo sabendo que a história nunca mais será a mesma”.

ESTADO BRASILEIRO VIOLA DIREITOS INDÍGENAS E A FUNAI ADMITE IMPOTÊNCIA

Daniela Alarcon e Natalia Guerrero
Jornalistas

“Não queremos só falar com a Dilma e bater foto; queremos propostas reais, queremos coisas práticas: o que vai acontecer com os povos indígenas?”, indaga Marcos Apurinã. “Estamos aí, no meio do fogo cruzado, defendendo a Amazônia sem proteção nenhuma”. Procurada pela reportagem, a SDH não atendeu ao pedido de entrevista. A Funai se manifestou por intermédio do assessor Aluísio Azanha, que reconhece a falta de estrutura do órgão para dar proteção aos indígenas ameaçados

O cacique Dadá Borari já foi vítima de espancamento, sequestro e tortura; responde a oito processos, movidos por madeireiros; e, devido às ameaças, há quatro anos é atendido pelo Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos do Pará. Desde 2001, os povos indígenas Borari e Arapium demandam à Fundação Nacional do Índio (Funai) a demarcação do território por eles tradicionalmente ocupado, às margens do rio Maró, em Santarém (PA). No dia 11 de outubro de 2011, o órgão indigenista publicou o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Maró, cumprindo a primeira etapa do que costuma ser um longo processo demarcatório. Em consequência da publicação, Dadá antecipa uma nova onda de ameaças, e denuncia a omissão do poder público: “O governo do Estado não está cumprindo com as suas responsabilidades. Para eu poder ter segurança policial, tenho que colocar gasolina no carro [para transportar os policiais], locar carro, e isso é papel do governo do Estado”.

Para denunciar a extração ilegal de madeira e reivindicar o direito ao território, foi criado, em 2009, o Movimento em Defesa da Vida e Cultura do Rio Arapiuns, reunindo indígenas e moradores da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns. “A maior conquista que nós tivemos no início do nosso movimento foi a unificação dessas duas pessoas fundamentais [indígenas e ribeirinhos] na conquista de um território”,



Felipe Milanez

Dadá Borari, cacique ameaçado e agredido

afirma Dinael Cardoso, morador da Resex. Uma das prioridades estabelecidas pelo movimento foi a luta pela demarcação das TIs. Hoje o povo Borari é formado por cerca de 800 pessoas, divididas entre a TI Maró e Alter do Chão, distrito de Santarém. No caso dos Borari de Alter do Chão, a Funai ainda não aprovou o relatório de identificação e delimitação da TI.

A situação dos Borari e Arapium não é exceção. Segundo dados da Funai de 2011, havia na Amazônia Legal 40 Terras Indígenas já identificadas cujo processo demarcatório não foi finalizado; elas abarcam 5.576.216 ha. Outras 104 permaneciam em estudo. Ao mesmo tempo, o Conselho Indigenista Missionário

(Cimi) apontava a existência, na região, de 173 áreas de ocupação tradicional indígena em relação às quais o Estado brasileiro não havia tomado qualquer providência; em 27 delas, existiam indícios de povos em isolamento. Nesse cenário, os prazos determinados pelo Decreto 1.775/96, que dispõe sobre o processo demarcatório, são sistematicamente descumpridos. Aluísio Azanha, assessor da presidência da Funai, admite que o órgão “não dispõe de estrutura, de capacidade técnica para conseguir atender todas as demandas”. Observa, ainda, que as ações judiciais interpostas por setores contrários à demarcação tornam o processo ainda mais complexo e demorado.

Não bastasse a lentidão da demarcação, mesmo as TIs que tiveram o processo concluído seguem sofrendo pressões, inclusive ocupações ilegais por grandes latifundiários. “Das terras regularizadas, 20% estão com problema de desintru-

são – aqui eu falo não no problema da invasão [posterior à demarcação], mas dos ocupantes que estavam antes”, afirma Azanha. “Por exemplo, a Terra Indígena Marãiwatsédé [do povo Xavante, no Mato Grosso]: está registrada em cartório, mas os indígenas ocupam apenas 5% da área. De que adianta? A gente demarca para ter posse plena”.

Marcos Apurinã, dirigente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), observa: “No caso de algumas comunidades do Mato Grosso,

os líderes dos Enawê-nawê, alguns líderes Rikbatsa, aqueles que estão enfrentando o agronegócio, muitos estão ameaçados. Em dois anos, no povo Cinta-Larga, morreram nove lideranças indígenas”. “A gente não consegue dar proteção a esses indígenas, não temos poder de polícia, porte de arma”, afirma Azanha. O assessor diz ainda que, apesar de a Funai não monitorar todos os casos de indígenas ameaçados, atua em articulação com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e outros órgãos, bem como no sentido de resolver o pano de fundo das ameaças,

“A Funai está engatinhando” na gestão dos territórios indígenas, admite o assessor Azanha. “Se as operações pontuais não estiverem articuladas a uma estratégia de gestão territorial, com alternativas econômicas de médio e longo prazo, as pressões vão acontecer ad eternum”

a questão fundiária. Enquanto isso, os indígenas e seus aliados seguem expostos. “Nós estamos aí, no meio do fogo cruzado”, afirma Marcos Apurinã, “defendendo a Amazônia sem proteção nenhuma”. Procurada pela reportagem, a SDH não atendeu ao pedido de entrevista.

Para lideranças indígenas e organizações indigenistas, o país carece de uma política estratégica de promoção dos direitos dos povos indígenas — incluindo a proteção dos grupos em isolamento — e de desenvolvimento de seus

territórios. Azanha concorda: “A Funai está engatinhando na questão da gestão desses territórios. Se as operações pontuais não estiverem articuladas a uma estratégia de gestão territorial, com alternativas econômicas de médio e longo prazo, as pressões vão acontecer *ad eternum*”. Um marco legal nesse sentido seria a Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). A expectativa de que fosse instituída por meio de um Decreto Presidencial ainda em 2010 se frustrou. Para alguns setores, a não aprovação deve-se ao fato de a PNGATI trazer condicionantes à realização de empreendimentos de infraestrutura que impactem TIs, contrariando interesses do governo federal.

Em seus projetos de “desenvolvimento”, diz Marcos Apurinã, o próprio governo desrespeita sistematicamente as legislações nacional e internacional, incluindo a Convenção 169 da Organização Internacional do

Trabalho e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que determinam que estes sejam consultados quando previstas medidas legislativas ou administrativas que os afetem diretamente. “Não existe uma consulta livre, prévia e informada. É ‘aceita se quiser; se não quiser, vai acontecer do mesmo jeito’”, diz. “Se matam o peixe, a árvore, do que os índios vão sobreviver? O nosso mercado é o rio, nosso mercado é a mata, é de lá que vamos sobreviver, e a sociedade dominante não entende isso”.



Será que os povos indígenas e ribeirinhos não têm direito a vida digna?

No caso mais emblemático em curso, a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), o movimento indígena, organizações indigenistas e mesmo o Ministério Público Federal afirmam que a consulta nos moldes determinados pela legislação não ocorreu, e que a Funai “travestiu” reuniões informais de consulta. “A Funai entende que teve consulta”, rebate Azanha. Outras denúncias apontam o não cumprimento das condicionantes exigidas na licença prévia, tentativas de cooptação e ameaças — por parte da Norte Energia S.A. e do poder público — aos indígenas que têm se manifestado contrários ao empreendimento. Além de Belo Monte,

as usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira (RO), também são apontadas como empreendimentos que impactam profundamente os povos indígenas, inclusive grupos em isolamento ou de pouco contato.

Questionado sobre os rumos da política indigenista, Azanha afirma que o processo de reestruturação desencadeado pelo Decreto 7.056/2009 permitirá a modernização da Funai, tornando-a mais ágil e capaz de cumprir suas atribuições. “A reestruturação está em curso”, diz o assessor, “e já houve avanços tanto estruturais, de recursos humanos, quanto conceituais”. O fortalecimento da gestão compartilhada seria, para ele, outra marca

da reestruturação. As avaliações do movimento indígena, contudo, vão no sentido contrário. As críticas de que a Funai seria um órgão “desmontado” persistem e, em junho de 2011, a bancada indígena retirou-se da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), instância colegiada responsável por propor diretrizes e prioridades para a política indigenista brasileira.

“Nós vamos retomar a CNPI, mas queremos que a Dilma [Rousseff] nos dê uma resposta”, afirma Marcos Apurinã. “Nós não queremos só falar com a Dilma e bater foto; queremos propostas reais, queremos coisas práticas: o que vai acontecer com os povos indígenas?”